

QUESTÕES E INTERLOCUÇÕES

Trabalho de campo: procedimentos de pesquisa estética e etnográfica

Cibele Saliba Rizek

Socióloga, professora PPG Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo-SC e pesquisadora CNPq

Resenha do Seminário **Appréhender la transformation de la ville** [CNPq/FAPESB, CNRS, Roma Tre] Realizado em fevereiro de 2013, no Département de recherche Ecole Nationale Supérieure d'Architecture de Paris la Villette

COORDENAÇÃO: Alessia de Biase (ENSA Paris La Villette) e Paola Berenstein Jacques (PPG-AU/FAUFBA)
Grupos de pesquisa participantes: Laboratoire Architecture Anthropologie (LAA – Paris-França), Laboratorio Arti Civiche (Roma – Itália), Centre de recherche sur l'espace sonore et l'environnement urbain (CRESSON – Grenoble – França) e Laboratório Urbano – PPG-AU/FAUFBA (Salvador – Brasil)

Minha única missão no Seminário realizado em Paris, em fevereiro de 2013, não era nada fácil. Fui convidada e incumbida de organizar uma síntese dos relatos, informes e proposições que tinham tido lugar a partir do que me pareceu ser central ao longo, de todo o período do encontro: o estatuto do trabalho e da pesquisa de campo, no entrecruzamento de experiências de investigação e de ensino voltadas para as possibilidades/impossibilidades de apreensão e – em alguns casos de intervenção – na cidade contemporânea, em seus processos acelerados de transformação. Para cumprir a tarefa que me foi atribuída fiz um pequeno inventário comentado dos temas, pontos

de partida e questões colocadas em cada apresentação no sentido de aproximar pesquisas e abordagens que tiveram por origem os diferentes grupos e laboratórios de pesquisa. Esse inventário que buscou enfatizar as questões e interlocuções entre as experiências apresentadas foi a primeira formulação dessa resenha.

O Seminário começou com um percurso, quase um passeio, que permitiu o contato com dimensões mais ou menos visíveis e, ao menos para alguns de nós, totalmente desconhecidos: os quarteirões demolidos, grandes obras de construção que tinham a marca de processos especulativos importantes, a marca da ação do mercado imobiliário e, evidentemente, dos poderes e instituições que regulam o uso do solo urbano. Em meio a um canteiro de obras pelos quarteirões arrasados do norte de Paris algumas surpresas: embaixo de uma ponte a primeira delas – *La Vache Bleue*. Conjunto composto de ateliês de pintura e escultura, *La Vache Bleue* congregava o local onde se desenvolviam essas atividades sob a gestão de um responsável que nos apresentou a alguns dos artistas ali presentes. A cena e seu estranhamento se completavam pela recepção do grupo por um homem vestido estranhamente, quase um *clown*, um cicerone que nos acompanhava por entre materiais e obras mais ou menos inacabadas. *La Vache Bleue* parecia um resíduo, um espaço residual ou um resquício de vida em meio a quarteirões inteiramente destruídos, vazios, em processo de valorização e enobrecimento ao norte de Paris. Depois de uma caminhada por esses quarteirões inóspitos, fomos caminhando em direção à embarcação que nos conduziria – por meio de um canal do Rio Sena a um *Shopping Center* de proporções bastante inéditas para a região parisiense. Sua localiza-

ção – 19, rue Madeleine Vionnet, em Aubervilliers, ao norte de Paris induz a esse curioso – para dizer o mínimo, passeio aquático. Dois apontamentos apenas são suficientes para compreender o que de fato parecia se passar ao longo do percurso pelo canal: o primeiro explicitava a natureza dos empreendimentos imobiliários às margens do fluxo de água – antigos galpões de uso provavelmente industrial, devidamente reconfigurados e, obviamente, à venda. O segundo era um tanto mais bizarro: ao mesmo tempo que se sucediam às margens do canal os edifícios reconvertidos, uma tela de televisão anunciava os empreendimentos imobiliários dando a sensação de que o *Shopping* ao qual no dirigíamos era pouco mais do que um chamariz, um grande dispositivo espacial de propaganda do que realmente parecia ser importante vender: um pedaço da cidade e seus grandes edifícios. Um *shopping* vazio – com pouquíssimos consumidores – *Le Millénaire* – cujos anúncios depois pude observar na área nordeste de Paris (jamais teria prestado atenção a esses anúncios de rua, em papel, se não tivesse estado nesse lugar constituído por imagens tanto quanto pela materialidade das lojas das grandes empresas varejistas da França). Ainda no percurso pelo Norte de Paris, passamos pelos assentamentos dos ciganos – cuja pobreza era evidenciada não só pela precariedade das habitações como pelo frio intenso – ao lado de outro assentamento precário habitado por imigrantes e franceses pobres, também ao lado da *Porte de la Chapelle*. Bem perto dali, já no final do passeio, um centro cultural, local de convergência de imigrantes, populações locais, práticas e atividades diversas entre si do ponto de vista geracional, onde finalmente parecia haver o que seria possível reconhecer como

mixité social, étnica e geracional. Essa Paris um tanto surpreendente, muito distante do eixo monumental e consagradamente turístico abriu esse Seminário, ainda que pudesse ter sido melhor explorada, ao longo dos três dias de discussão que se sucederam.

As apresentações da quarta-feira – primeiro dia de apresentações – começariam pelos anfitriões: as exposições se voltaram para os temas de pesquisa do *Laboratoire Architecture et Anthropologie*. A primeira apresentação teve como objeto o norte de Paris, mais especificamente a *Porte de la Chapelle*, no limite do que pode denominar como *Petite Ceinture* – o primeiro anel que circunda a cidade de Paris, onde se localizam real ou simbolicamente suas portas. Essa apresentação permitiu que se pusesse em questão exatamente esse primeiro anel, bem como suas transformações e um conjunto múltiplo de resistências, ao lado de um emaranhado de leis que institucionalizaram a participação da população – uma espécie de engenharia institucional da participação, no interior do processo de reestruturação do espaço urbano. Uma das questões mais importantes desse tema e dessa abordagem de pesquisa diz respeito à redefinição dos limites e das bordas da região metropolitana como questão de governança urbana, redefinindo o que fica dentro e o que permanece fora do território da metrópole bem como suas consequências materiais e simbólicas.

As chamadas *zones d’action concerté* – territórios de transformação em que se agenciam formas de concertação urbana em conjunto com procedimentos de gestão das obras, gestão dos conflitos, bem como um conjunto de novas práticas dos artistas locais e da população – como os *jardins*

partagés,¹ em busca de recuperar formas de convivência urbana já perdidas. Esse primeiro tema de pesquisa apontou ainda para a discussão das dificuldades de participação da população local ao lado da participação institucionalizada – a participação dos de baixo, ao lado da participação dos de cima – e, por outro lado, apontava como problema e como questão as expertises da cidadania – as *expertises citoyennes*. Saberes específicos, agenciamentos, desigualdades importantes nos quadros mais ou menos institucionalizados de participação, reposição significativa de desigualdades no solo mesmo da produção de uma suposta igualdade – afinal as zonas de concertação apontaram dimensões em que as virtudes da negociação podiam ser no mínimo investigadas sob o crivo de seus resultados concretos. Nesse panorama, seria possível falar de um contrapoder? O que de fato quer dizer concertação e participação, já que as palavras não são inocentes? Mais uma vez a questão das diferenças entre interesse geral e bem comum se recolocaram, sobretudo quando as populações locais aparecem revestidas por sua qualificação enquanto “comunidades”.

Pela discussão da pesquisa e das questões relativas à *Porte de la Chapelle* e de suas transformações que começavam a se configurar, as questões relativas às diferentes escalas da cidade e da pesquisa, bem como das dimensões relativas ao trabalho de campo e seus desdobramentos heurísticos ganhavam densidade. A passagem das escalas locais às escalas intermediárias – por exemplo, as regiões metropolitanas – até as escalas nacionais e ainda mais amplas, como as relativas à comunidade europeia entravam em cena, bem como sua reversão: isto é, a passagem das grandes escalas às dimensões escalares mais localizadas. Entretanto, cabe

perguntar se esse percurso de volta, das escalas de maior dimensão em direção às escalas locais pode ou não implicar em compreendê-las como mais restritas. Essa questão é significativa como problema de pesquisa, já que nos âmbitos locais e a partir deles é possível apreender um conjunto de processos que adquirem visibilidade e densidade apenas nesse âmbito. Todo um conjunto de questões sobre as relações entre singularidades e processos mundializados, um conjunto de nexos entre dimensões escalares diversas se desenha, assim, a partir das transformações urbanas e das reações e práticas que tiveram lugar na região norte parisiense. Desse modo, talvez fosse possível reconhecer um objeto que pode ser visto e pensado a partir de diferentes escalas e de seu cruzamento.

Mais um problema então pôde ser colocado: a questão da(s) cartografia(s) como jogo de representações e – enquanto jogo de representações – o que se pode e o que não se pode apreender por seu intermédio, ou ainda, aquilo que se deixa ou não se deixa entrever por meio dessa forma de representação. O que de fato é passível de ser cartografado? O que nos dizem as representações cartográficas? Um conjunto de cartografias diversas entre si foram apresentadas: cartografias de reuniões, de encontros públicos, de passeios e vilegiaturas, organizadas por coletivos de arquitetos, de deambulações urbanas, bem como dos acordos e conflitos entre técnicos e habitantes, movimentos sociais e movimentos ambientalistas; ou ainda as cartografias dos projetos de renovação urbana nos limites da cidade, bem como aqueles que cruzam e atravessam obras e processos de ação social. Tais projetos acabam por operar e por criar formas de estigmatização. É possível, então, perceber que as obras e as transformações da cidade

constituem em um quadro de exceção, um quadro que põe em suspensão o direito à resistência e à resistência urbana em particular.

Nesse cenário, a pesquisa do Laboratoire Architecture Anthropologie (LAA) colocava em questão as relações entre associações e prefeitura, formas de participação em suas relações com as questões relativas ao equilíbrio financeiro, assim como os interstícios – os entre tempos e entre espaços que podiam ser identificados a partir das incursões de campo.

As ocupações de edifícios por artistas e coletivos poderiam ser qualificadas como um desses interstícios? Todo um outro conjunto de questões ainda ganhava relevo: que modelo de cidadania? O que se entende por cidadania em cada contexto de participação? Qual cidade, que modelo de cidade se anuncia em acordos, conflitos, confluências e disjunções? Que ações coletivas, o que significam, no que implicam? O que se pode então apreender no detalhe, na particularidade, em cada singularidade?

A segunda pesquisa apresentada pelo LAA apontou, como seu objetivo, qualificar as transformações urbanas em curso e – ao longo do processo – possibilitar e provocar o que se designou como salto metodológico. O objeto de pesquisa é a formação da Grande Paris como projeto governamental, assim como a presença ambígua dos arquitetos nesse processo de constituição das novas geometrias da aglomeração parisiense que redesenham seus limites, bem como as implicações para os habitantes dessas regiões. Entrava em cena mais uma vez, as diferentes escalas do olhar: o olhar do urbanismo, o dos políticos, o olhar dos habitantes, o olhar do ateliê internacional da

Grande Paris – isto é, das parcelas do projeto e das equipes que foram postas em contato e em diálogo para a elaboração dos projetos parcelares. Uma pergunta parecia orientar a investigação: o que se pode dizer da grande escala a partir das escalas menores e vice versa: o que se pode dizer das escalas locais, de menor âmbito a partir das de maior escopo?

Apontando essa diversidade de olhares, afirmava-se também a questão da construção da diversidade das narrativas, bem como a necessidade de construção das categorias de análise que compreendessem e descrevessem essas diversidades – de olhar e de narrativas. O relato de pesquisa apontava como processo dessa construção o diálogo com 18 interlocutores e 19 atores designados como atores territoriais – ao que tudo indica, atores que estariam inseridos em 19 territórios da região parisiense. Tratava-se assim de uma pesquisa que se desenvolveu como experimento, como experimentação teórico-metodológica. Por meio desses procedimentos, constituiu-se um mapa de categorias que deveria permitir encontrar os temas e as questões relevantes da pesquisa. Observe-se que foi necessário falar do tempo para poder encontrar as palavras que descrevessem as transformações do espaço. Esse falar do tempo teve como motes, como provocações, quatro cenários presentes e três cenários futuros. Entre os cenários ou cenas do presente havia também a simples duração do passado, bem como entre cenas futuras era possível encontrar situações em que não havia nenhuma transformação ou mudança, eram simples continuidade do presente.

Em meio a esse experimento e de certo modo como seu resultado, as categorias apareciam como

constelações. Como resultado dessas constelações uma questão ganhava corpo: como nomear os processos e seus resultados? Como traduzir categorialmente o que se constata e se observa? Como dotar de densidade e de significação aquilo que se quer descrever por meio das categorias? Assim, os temas acessibilidade, urbanidade, concreção, descentralização e seus outros ganhavam o estatuto de questões, tanto no âmbito da apreensão, como no âmbito de sua tradução categorial. O que os mapas de categorias de fato permitem narrar? Como apreender e problematizar os saltos e as passagens entre as escalas? Como se situar entre as escalas e dentro de cada escala? Qual o rendimento da articulação entre as escalas? Afinal, onde se situava a experiência da cidade e a pesquisa sobre essa experiência com as dimensões éticas que lhes são inerentes?

Os saltos de escala colocam ainda como questão as implicações de sua operação. Por exemplo, entre as escalas a operação de justaposição contradiz a necessidade de articulação? A articulação entre as escalas não esbarraria na ideia de determinação – as grandes escalas influenciando ou determinando as escalas mais locais? Por outro lado, a justaposição não induziria à ideia de continuidade pacificada entre as dimensões singulares e locais e aquelas de maior amplitude? A justaposição de escalas permite pensar a mudança de sentido das transformações que se deseja apreender? Ou, ainda, como pensar os tempos da transformação articulando-os às escalas? Fazer os mapas e as cartografias falarem o que elas não poderiam falar, provocá-las transformando seu caráter de máquinas de guerra em textos, em descrições e sentidos – talvez aqui se possa encontrar uma das questões mais interessantes das relações entre a pesquisa

de campo e a apreensão das transformações da cidade contemporânea.

Os mapas e as respostas sobre os mapas, os investimentos simbólicos das instituições e dos poderes sobre as imagens de Paris em contraponto à região parisiense (urbanidade, centralidade, acessibilidade) e as narrativas das diferentes escalas temporais colocaram em cena os tempos da cidade e suas relações com os tempos da pesquisa, bem como duas outras dimensões de reflexão: as escalas – elas também – como agenciamentos e dispositivos por um lado, bem como as relações entre cada particularidade, entre cada situação singular e as dimensões comuns, o que mais uma vez nos remete à questão da problematização das relações entre escalas e determinações, assim como à questão das representações como traduções e seus perigos.

O segundo grupo de apresentações foi o do Laboratório de Arte Cívica, também composto, por comunicações de teores diversos entre si. A primeira apresentação dizia respeito ao que se denominou como desenho urbano (*urban design*) e seu trabalho de campo. Qual o estatuto de trabalho de campo para esse tipo de atividade, distante da pesquisa etnográfica e antropológica ainda que fortemente envolvida com os temas da cidade e da transformação urbana? As expertises, os consultores, as formas de circulação dos procedimentos e operações de intervenção urbana, de políticas urbanas e de suas concepções ganharam forte relevo na primeira apresentação. Ao longo das descrições sobre processos de intervenção urbana, ganharam ainda intensidade o que poderia identificar como espaços de exceção – como, por exemplo, a disponibilização de espaços urbanos

para o mercado imobiliário – e o discurso sobre esses espaços que vinculam investimentos com a recorrente expulsão das populações mais pobres. O resultado são paisagens artificiais homogêneas, que trazem a marca da forma mercantil, fetichizadas e espetacularizadas, paisagens que se apresentam como uma *privatopia* homogeneizante de centros comerciais e loteamentos fechados em âmbito mundial, espaços onde as relações e as porosidades entre o legal e o ilegal, o formal e o informal se tornam bastante evidentes. Nesse quadro uma questão ainda se desenha – o que se entende no âmbito das cidades em transformação por monumento? Sobretudo a partir de um processo de patrimonialização que se verifica por todas as cidades do mundo? É possível habitar um monumento? Como compreendê-los, discuti-los, caracterizá-los?

Ao lado das questões que se configuraram a partir da primeira apresentação, o Laboratório de Arte Cívica apontaria para um outro conjunto de práticas: as que se referem à ação e à resistência, à produção de um outro espaço, à produção da cidade efêmera e das centralidades em movimento. Do ponto de vista teórico, um eixo de interrogação foi ganhando centralidade: a questão do direito à cidade como forma superior do direito à liberdade individual dentro das coletividades, desdobrando-se no direito à produção, à própria obra, à atividade e à participação permanentes. A descrição das práticas e das ações nos edifícios ocupados pela população pobre e imigrante apontou, por um lado, a questão do medo e das entradas em campo e suas negociações – permanecer em um território pode implicar em algum perigo. Mas, a questão, talvez mais significativa, dizia respeito à intervenção artística na cidade.

Como intervir na cidade enquanto artistas, sem provocar gentrificação ou enobrecimento? Como intervir e desaparecer depois da intervenção? Essas questões que aliam as dimensões éticas e estéticas das intervenções artísticas no espaço e nos territórios da cidade implicam em uma relação com um trabalho de campo cuja natureza é muito diversa das práticas de pesquisa concebidas e postas em operação pelas Ciências Sociais, em especial pela Antropologia.

O contexto em que essas questões apareceram é o de uma Roma que evidencia a crise econômica e, por consequência, uma volta acentuada da pobreza, das condições precárias de habitação, das remoções e expulsões, dos acampamentos e ocupações. O Laboratório de Arte Cívica apresentou uma experiência de intervenções ao longo do percurso pelo *Gran Racordo Annulare* – um cinturão viário que circunda a cidade, onde um conjunto de ocupações e práticas teve lugar em três ocupações dos movimentos por moradia. Nessas ocupações foram descritas, como por exemplo, a intervenção que colocava em pauta imaginar uma lua de todos – o que permitiria talvez deslocar a dimensão imaginada para um planeta ou uma cidade de todos. Ou ainda o jardim do navio, em uma ocupação em edifício que fazia alusão a barcos em que se propunha a realização de um jardim e de uma praça abertos para a cidade, no contraponto às intervenções de caráter exclusivamente comunitário.

Na aproximação entre os dois grupos – LAA e LAC – algumas perguntas foram tomando corpo: a primeira dizia respeito à quase impossibilidade de aproximação entre o trabalho de campo informado metodologicamente e um trabalho

de campo que se configura como intervenção de natureza artística em um universo de ocupações bastante distante das – para não dizer avesso às – esferas institucionais. Outras dimensões de reflexão podem ainda inquirir as relações – concomitantemente próximas e distantes – entre o mundo das ocupações de edifícios, os movimentos de moradia e as instituições. Também por essa via, a partir das práticas das ocupações e dos artistas que nelas intervêm, seja necessário perguntar o que é a crítica do urbano tal como ele se configura em nosso tempo e como de fato é feita, como de fato opera? Quais são os vínculos entre atores urbanos e atores políticos? Seria possível revelar e desvelar os muitos vínculos entre atores e práticas, entre arte e política, entre atores urbanos e atores políticos? Seria possível deslocar ou superar as clivagens – tomadas como pontos de partida – entre público e privado, formal e informal, aberto e fechado e ainda, talvez, almejar transformar a realidade de modo mais direto e imediato por um conjunto de práticas artísticas? Quem tem o direito e a capacidade de fala e de enunciação – isto é, quem fala, quem são os porta-vozes? Quem é nomeado e quem nomeia? Nesse emaranhado de atores e de relações, qual o lugar e quais práticas cabem à universidade? É possível atuar conjuntamente com esses outros atores?

Nesse quadro de questões, que evidentemente não têm respostas imediatas, é possível ainda perguntar a quem se dirigem discursos e práticas acadêmicas e artísticas, bem como qual é o lugar de fala de cada uma dessas experiências de campo. A questão é tão mais pertinente quanto mais se vincula ao fato de que esse lugar nos permite colocar algumas questões e não outras, fazer algumas proposições e não outras. Será que é possí-

vel a pesquisadores e artistas partilharem práticas de trabalho de campo? O que se conforma como trabalho de campo, procedimentos, protocolos, método, para o trabalho estético e para o trabalho de pesquisa etnográfica e antropológica? Qual o lugar e como se constroem categorias? Seus pontos de partida se ancoram na pesquisa de campo ou a partir de uma reflexão teórica?

Essas e outras questões de pesquisa ganharam novos contornos a partir das apresentações do Laboratoire CRESSON da Ecole Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble, unidade/centro de pesquisa que tem como questão as transformações urbanas e sua ocorrência em diferentes setores e escalas da cidade. Essas dimensões põem em tela a complexidade, os paradoxos, os enigmas e, sobretudo, os enigmas sensíveis das mobilidades urbanas contemporâneas. Como se reconhece os participantes, os atores dessas formas de mobilidade em operação? Como se reconfiguram e quais os vínculos e engajamentos cotidianos que são postos em operação?

O ponto de partida da pesquisa desse centro e ao mesmo tempo suas mais importantes questões teóricas têm como núcleo o conceito de ambiência (*ambiance*). O que perguntam é se a partir dessa noção ou conceito é possível elaborar e desenvolver uma crítica do urbano. Quais são os modos de perceber o que acontece na pesquisa de campo para além da utilização de um conjunto de ferramentas ou instrumentos de trabalho? É possível reconhecer uma caixa de ferramentas, um conjunto de instrumentos de trabalho na pesquisa de campo? Qual seria seu papel?

Por meio desses eixos – mais precisamente a pacificação das mobilidades, seus espaços e tempos,

a vigilância, entre outras, uma questão parecia se impor: as relações entre os espaços de mobilidade e os espaços de controle, entre segurança material e moral e as ambiências. Assim, essa prática e concepção de pesquisa interrogava as relações entre vigilâncias e ambiências ou, dito de outro modo, procurava apreender e interrogar as ambiências a partir do eixo da vigilância e da segurança, tentando observar os vigiados, mas também os encarregados de vigiar, descrevendo em palavras e por meio de imagens de vídeo o que acontece no trabalho de campo e de pesquisa. Desse modo, a questão teórica e metodológica colocada interrogava a relação nunca de fato estável ou passível de estabilização entre o universal e o particular, entre o universal e o singular. Chegou-se assim, pela formalização de protocolos e pelo trabalho de campo a uma autoetnografia e por seu intermédio, a uma autorreflexão corajosa sobre as práticas dos próprios pesquisadores.

Outro elemento interessante dessas apresentações de experiências de pesquisa foi o exercício de falar e de descrever por palavras o trabalho de campo, por meio da composição de uma constelação. Mais uma vez a ideia de uma constelação de categorias e conceitos se colocava entre a reflexão teórica e as práticas de pesquisa empírica. Uma palavra tinha uma recorrência evidente nessa constelação – o panóptico. Uma questão em especial poderia ser alvo de novas interrogações: de onde surgiram palavras e frases que compõem constelações de conceitos? Com quais referências dialogam? Algumas são claramente oriundas de contribuições teóricas e, desse ponto de vista, têm uma origem distante da experiência de pesquisa de campo. Essas constelações são operadores que funcionariam como corpos teóricos partilha-

dos entre pesquisadores, como instrumentos de descrição e de análise? O centro ainda colocava como questão as câmeras de vídeo como registro de pesquisa. Seu uso não acabaria por reproduzir os dispositivos de segurança e controle – alvos da própria crítica teórica utilizada? As câmeras não acabariam por se configurar como mediadores importantes entre os pesquisadores e seus objetos de pesquisa?

A sequencia da apresentação do laboratório apresentava um outro protocolo de pesquisa voltado, sobretudo, para os espaços de pedestres. Seu objetivo é o de apreender as relações entre corpos e ambiências, relações marcadas por um caráter plástico cuja descrição e inteligibilidade não são nada óbvias, tampouco evidentes. Nessa vertente de pesquisa três eixos se colocavam: fazer corpo, tomar corpo e dar corpo. Desse modo, o corpo se colocava no centro dos protocolos de pesquisa em duas modalidades: por meio da utilização do vídeo e através do próprio corpo. Algumas vezes os dois protocolos se cruzariam e esse cruzamento pode se constituir como o ponto de partida de uma discussão cujo resultado nem sempre se coaduna ou se articula com os protocolos de uso das câmeras como instrumento de pesquisa.

A discussão que se originou dessas apresentações foi voltada para algumas questões relativas à cientificidade dos resultados e dos procedimentos de pesquisa de campo, mesmo se essa cientificidade acabe por obstaculizar, mais do que impulsionar a descrição e talvez a compreensão do que o trabalho de campo permite apreender. Mas afinal de que cientificidade se trata? Os protocolos definidos passo a passo garantem o caráter científico dos resultados de pesquisa? Quais as relações

entre cientificidade e fidelidade ao que a pesquisa de campo permitiu observar, descrever e explicar? O caráter científico se assenta nos conceitos? No método? Nos procedimentos de pesquisa previamente definidos? Nas complexas relações entre essas instâncias? Certamente a natureza científica da pesquisa de campo poderia permitir a aproximação entre alguns – mas não todos – dos interlocutores presentes no Seminário, sob a condição de que houvesse um acordo sobre o que se podia entender por conhecimento científico da cidade e de suas práticas. Outra questão sobre a natureza científica da pesquisa e do conhecimento produzido por seu intermédio esbarra no risco de uma hierarquização perigosa entre a descrição e sistematização científica e os outros modos de conhecer e experimentar o real.

Cientificidade e métodos, métodos e procedimentos de investigação, ferramentas utilizadas para registro e descrição, a pesquisa de campo como experiência do pesquisador, as relações entre noções e conceitos de um lado e o que se pode apreender a partir da pesquisa de campo, todas essas dimensões permitem ainda problematizar o estatuto do trabalho de campo: há de fato uma diferença significativa de conhecimento sobre a cidade e suas transformações, sobre as práticas materiais e dimensões simbólicas antes e depois da pesquisa? Apesar de uma ênfase bastante frequente na continuidade dos processos sociais e urbanos no mundo contemporâneo, parece claro que há dimensões inéditas e desconhecidas, ainda opacas, mais do que simples reiterações e continuidades. Como apreender, descrever e analisar essas dimensões ainda nebulosas? Como desvendá-las?

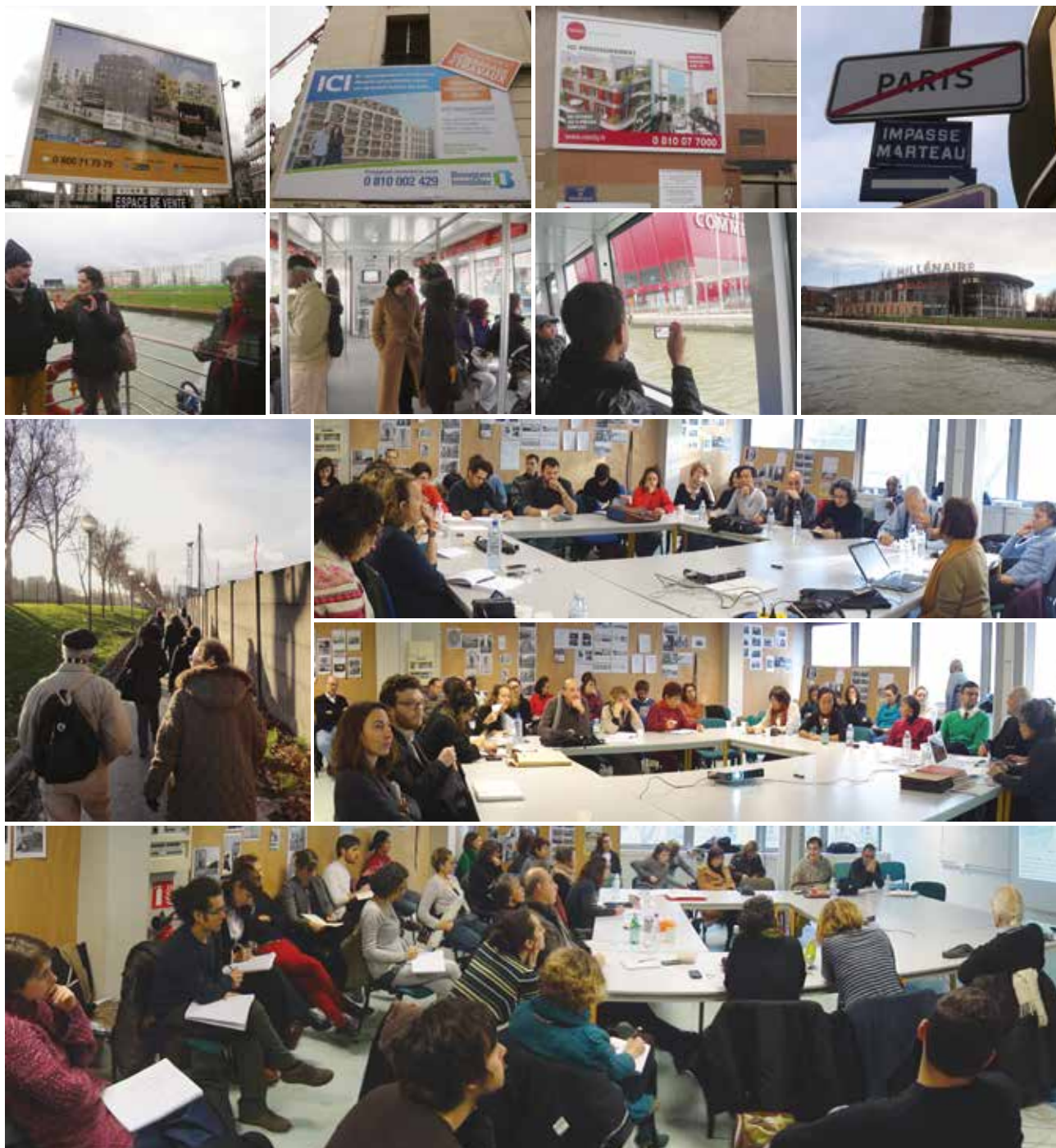
Uma vez ainda a diversidade interna dos grupos que apresentavam suas experiências parecia se desenhar com clareza, desta vez pelas apresentações do Laboratório Urbano da Universidade Federal da Bahia. Aqui também uma diversidade interna se fazia notar, diversidade de temas e de objetos, mas também de investimentos em grande parte voltados para a formação de estudantes e de pesquisadores. Na sua maior parte, a pesquisa brasileira se realiza pelas e nas universidades o que faz dos grupos e centros encarregados da produção de conhecimento, concomitantemente, grupos de docentes-pesquisadores. Nesse sentido, o Laboratório Urbano é um centro de pesquisa, por certo, mas também um centro de ensino e de formação. O projeto que desenvolvem assimila assim estudantes e pós-graduandos e se ramificou, na plataforma CORPOCIDADE – como um lugar de experimentações coletivas mais do que um trabalho de campo tal como ele pode ser compreendido pela perspectiva etnográfica; um trabalho teórico que de modo bastante instigante acabou por dispor noções e conceitos em uma rede de relações entre autores e temas. Formariam constelações? Relacionam-se entre si ou apenas se justapõem? Arendt, Foucault, Agamben, Deleuze e Guatarri, entre outros autores, são contribuições teóricas importantes, ainda que não as únicas.

Ao lado do trabalho teórico, um trabalho empírico foi apresentado: a rota pelos lugares da precariedade, dos perigos e do espetáculo urbano, articulando projetos e temas de pesquisa mais ou menos individuais e coletivos que ganhavam assim um solo comum.

Uma palavra parece saltar como necessidade e como imperativo: articulação. Colocava-se então

como questão a articulação entre objetos de pesquisa, práticas e atividades, quadro conceitual e trabalho empírico. Dentro desse escopo de dimensões, a questão da experiência se configurava em diferentes níveis: o do corpo, o do urbano e a experiência dos sujeitos concebidos como sujeitos não essencializados, sem substância fixa – isto é, esses sujeitos não são entidades, mas processos e nessa condição se constituem como tema, como eixo, ao mesmo tempo teórico e de pesquisa empírica.

Se o trabalho teórico procura uma composição em constelações – já que não são necessariamente as mesmas para todos os objetos e temas de pesquisa – de conceitos e contribuições sobre os sujeitos, sua produção e seu encolhimento, as possibilidades e impossibilidades da experiência humana e urbana, o trabalho de campo é um trabalho de experimentação de lugares, de caminhos. Essa experimentação não se circunscreve ao trabalho etnográfico *strictu sensu*. Trata-se de um trabalho exploratório sobre e no urbano para compreender ao mesmo tempo investimentos, obras, intervenções urbanas e resistências, práticas, vida cotidiana e acontecimentos excepcionais. Como e o que se observa? Como é feito o registro dessas observações e vivências? Como se construiu o olhar que observa? Qual o registro corporal dessa experiência que quer reconhecer sujeitos? De certa forma busca-se o experimento, aquilo que possibilite relações que escapem à precodificação entre os pesquisadores e a cidade de Salvador. Essas formas exploratórias começavam a exigir novas abordagens, talvez novas nomeações e descrições e de alguma forma, para além desse conjunto de desafios, chegava-se ao esboço de uma auto etnografia, como tinha identificado na pesquisa sobre mobilidades, um pesquisador do



Cenas do seminário e do percurso no nordeste de Paris

Autoria: Fabiana Dultra Britto, Jana Lopes, Maria Isabel Menezes, Osnildo Wan-Dall e Paola Berenstein Jacques.

CRESSON. No caso do Laboratório Urbano, essa experimentação se conformava como experimentação das ruas, dos vínculos – como aquele que se estabelece quando é possível “ser freguês”, quando alguém se torna “freguês” – das interações mais ou menos difíceis, comuns ou extraordinárias com os espaços e entre os habitantes da cidade.

Para além da multiplicidade interna a cada grupo ou laboratório de pesquisa e/ou de intervenção artística na cidade, o Seminário colocou desafios e questões que permitiram a busca de uma reflexão – entre outras possíveis – que acabei por sistematizar, sobretudo, na forma de perguntas sobre nossos objetos e temas, mas também sobre nossos próprios pontos de partida, sobre nossos próprios procedimentos. Se é impossível ou pelo menos improdutivo homogeneizar as diferenças e os âmbitos de conhecimento sobre a cidade que fazem parte do trabalho e dos resultados de cada grupo e de cada laboratório, que essas diferenças possam permitir não uma autoetnografia como exercício de conhecimento, mas uma reflexão crítica pelo contraponto, tomado como diferença instigante e fértil, como possibilidade de recolocar o estatuto e a forma de produção do conhecimento da cidade que habitamos e da cidade que nos habita. O ensaio, a intervenção artística, os relatórios de pesquisa, as descrições e análises a partir da investigação empírica são maneiras heterogêneas de conhecer as transformações da cidade, o que é novo, suas modulações, as complexas relações entre cidades, corpos e subjetividades. Em cada um desses modos de conhecer contextos, relações e práticas o estatuto do trabalho de pesquisa de campo ganha coloração e densidade próprias. O que e como compreendemos esse trabalho e como podemos ver, nomear, descrever e analisar

suas múltiplas dimensões ganharam – ao longo desses três dias de apresentação e discussão em Paris – um tom de desafio respeitoso e de mapeamento de uma diversidade rica que se volta, pelo trabalho de cada um, para uma reflexão sobre como apreender as transformações e as complexidades da cidade contemporânea. ■

NOTA

- 1 Jardins partilhados por artistas e populações locais devidamente investidas do caráter de “comunidades”. Dessa perspectiva pode ser interessante recorrer à ideia de comunidade como um dispositivo de gestão da população configurada como público alvo de um conjunto de políticas e de programas.

Equipe do projeto de pesquisa **PRONEM**

Programa de Apoio a Núcleos Emergentes – FAPESB/CNPq

“**Laboratório Urbano**: experiências metodológicas para a compreensão da complexidade da cidade contemporânea”

COORDENADORES DE ATIVIDADES:

Fabiana Dultra Britto – UFBA

Fernando Gigante Ferraz – UFBA

Francisco de Assis Costa – UFBA

Luiz Antonio de Souza – UNEB

Paola Berenstein Jacques – UFBA (coord. geral)

Pasqualino Romano Magnavita – UFBA

Thais de Bhanthumchinda Portela – UFBA

Washington Luis Lima Drummond – UNEB

PESQUISADORES CONVIDADOS:

Alessia de Biase – LAA – CNRS-Paris

Ana Clara Torres Ribeiro – *in memoriam*, IPPUR/UFRJ

Cibele Saliba Rizek – IAU/USP-SC

Francesco Careri – LAC/Roma Tre

Frederico Guilherme Bandeira de Araujo – IPPUR/UFRJ

Lilian Fessler Vaz – PROURB/UFRJ

Margareth da Silva Pereira – PROURB/UFRJ

Rachel Thomas – CRESSON-CNRS – Grenoble

Suely Belinha Rolnik – PUC-SP

ESTUDANTES ASSOCIADOS:

Amine Portugal Barbuda – UFBA

Ana Rizek Sheldon – UFBA

Cinira d’Alva – UFBA

Daniel Sabóia – UFBA

Felipe Caldas Batista – UFBA (egresso UNEB)

Gustavo Chaves de França – UFBA

Janaina Chavier – UFBA

João Soares Pena – UFBA (egresso UNEB)

José Aloir Carneiro de Araujo – UNEB

Jurema Moreira Cavalcanti – UFBA

Keila Nascimento Alves – UNEB

Luciette Amorim – UNEB

Luiz Guilherme Albuquerque Andrade – UFBA

Marina Carmello Cunha – UFBA

Osnildo Adão Wan-Dall Junior – UFBA

Patricia Almeida – UFBA

Paulo Davi de Jesus – UNEB

Renato Wokaman – UFBA

Tiago Nogueira Ribeiro – UFBA

www.laboratoriourbano.ufba.br/pronem/

distribuição gratuita - venda proibida

Impresso em Salvador - Bahia - Brasil, em dezembro de 2013, pela *Impressão bigraf*, em papel off-set 90 g/m² e capa em papel supremo duo design 300g/m². As fontes usadas foram Eurostile, Origami Making e Myriad Pro. Tiragem: 1.000 exemplares.